



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1215/15	DATA: 15/07/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 13h06min	TÉRMINO: 14h29min	PÁGINAS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Votação de requerimentos e apresentação do relatório final.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos e a todas!

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Passemos à apreciação da ata.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Eu solicito a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Solicita a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Eu até a leio, se V.Exa. quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É lido o seguinte:

“Ata da 43ª Reunião ordinária

Às quinze horas e trinta minutos do dia quatorze de julho de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil, no Anexo II, Plenário 14 da Câmara dos Deputados com a presença dos Deputados Reginaldo Lopes — Presidente; Orlando Silva, Mariana Carvalho e Wilson Filho — Vice-Presidentes; Rosangela Gomes — Relatora; Bebeto, Benedita da Silva, Celso Jacob, Conceição Sampaio, Damião Feliciano, Davidson Magalhães, Delegado Éder Mauro, Dr. Jorge Silva, Evair de Melo, Glauber Braga, Jean Wyllys, Luiz Couto, Paulão, Sóstenes Cavalcante e Zé Silva — Titulares; Delegado Edson Moreira, Erika Kokay, Eros Biondini, Luizianne Lins, Major Olimpio, Pastor Eurico, Roberto Alves e Rubens Otoni — Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Ezequiel Teixeira e Subtenente Gonzaga, como não-membros. Deixaram de



comparecer os Deputados André Moura, Bacelar, Betinho Gomes, Bruna Furlan, Darcísio Perondi e Iracema Portella. Abertura: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da 38ª reunião, realizada no dia 06 de julho de 2015, 39ª reunião, realizada no dia 07 de julho de 2015, 40ª reunião, realizada no dia 09 de julho de 2015, 41ª reunião, realizada no dia 10 de julho de 2015 e 42ª reunião, realizada no dia 13 de julho de 2015. A leitura das Atas foi dispensada a pedido do Deputado Luiz Couto. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram aprovadas. Expediente: O Presidente, em cumprimento ao § 8º do Art. 19 do Ato da Mesa nº 45/2012, que trata da aplicação da Lei de Acesso à Informação na Câmara dos Deputados, solicitou aprovação do colegiado para que os depoimentos reservados colhidos nas diligências ocorridas nos Estados fossem considerados ultrassecretos, para que a integridade física dos depoentes possa ser preservada. O pedido foi aprovado por unanimidade. Ordem do Dia: A - Relatórios: 1 - Relatório nº 2/15 - da Sra. Rosângela Gomes - "relatório final comissão parlamentar de inquérito homicídios de jovens negros e pobres". Parecer: Pela aprovação. Encerrada a discussão. Usaram da palavra na discussão pelo tempo regimental os Deputados Delegado Edson Moreira, Major Olímpio, Subtenente Gonzaga, Delegado Éder Mauro, Benedita da Silva, Luizianne Lins, Glauber Braga, Orlando Silva, Davidson Magalhães, Érika Kokay, Luiz Couto, Paulão, Damião Feliciano, Jean Wyllys, Pastor Eurico e Mariana Carvalho. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às vinte horas e vinte e cinco minutos, antes convocando



nova reunião para o dia 15 de julho, quarta-feira, às 12 horas, no Plenário nº 14. E, para constar, eu, Robson Luiz Fialho Coutinho, Secretário-Executivo, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor da reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental da reunião.”

Em discussão. *(Pausa.)*

Em apreciação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Convido a Deputada Relatora Rosangela Gomes a compor a Mesa.

Expediente.

Informo que foi indicado para fazer parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito o Deputado Bruno Covas, do PSDB de São Paulo.

Ordem do Dia.

Apreciação de requerimentos.

Quero pedir ao Deputado Luiz Couto para assumir a Presidência.

Nós temos dois requerimentos. O primeiro é o Requerimento nº 108/2015, de minha autoria, que *“solicita que sejam publicados 10.000 exemplares das transcrições das audiências públicas, bem como os dados apresentados pelas Secretarias de Segurança Pública e os demais expositores”*. É um pedido do Deputado Delegado Edson Moreira.

Então, passo a Presidência ao Deputado Luiz Couto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em discussão o Requerimento nº 08/15, do Sr. Reginaldo Lopes, que *“solicita que sejam publicados 10.000 exemplares nas transcrições das audiências públicas bem como os dados apresentados pela Secretaria de Segurança Pública e os demais expositores”*.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma consulta. Veja só, aqui se fala em 10 mil exemplares; nós temos as transcrições



das audiências públicas e os dados apresentados pela Secretaria de Segurança Pública e pelos demais expositores. Levanto agora o seguinte: o relatório que está sendo apresentado, pelo que eu entendi, ele não constará nesses exemplares, o relatório que será aprovado aqui? Não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, isso aí é o...

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu posso explicar. É o seguinte: o relatório final é uma síntese de todas as audiências públicas. O relatório final tem quase 300 páginas, e temos as audiências nos Estados. Então, houve o pedido de alguns Deputados; pela riqueza dos debates, eles pediram que se fizesse uma publicação, uma separata das audiências nos Estados, porque o relatório é uma síntese, não é? No relatório final há apenas uma síntese de cada audiência nos Estados.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Vejam só, existem dois requerimentos aqui de V.Exa. Um vai exatamente na linha que acabei de apontar. Então, nós estamos discutindo o primeiro, mas — aí é que está — desse segundo aí vamos fazer outra discussão, porque o segundo vai trazer exatamente todas essas transcrições, que acredito que entrariam; então, já serão 20 mil exemplares, não é? Está bom. É só isso, porque eu estou vendo que se separou, não é?

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Na verdade, é diferente.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Eu apenas queria... Eu pensei em economizar (*risos*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu quero só explicar: apresentei o segundo requerimento porque, como nós vamos debater nos Estados o Plano Nacional de Enfrentamento a Homicídios, que será um plano decenal, terá de ser aprovado na Comissão Especial e será implementado nos Estados e Municípios, nós vamos discutir a PEC que cria o Fundo Nacional de Promoção à Igualdade Racial, Superação do Racismo e Reparação de Danos, nós vamos discutir nos Estados a PEC do Ciclo Completo, vamos discutir nos Estados a PEC da Polícia Militar, vamos discutir nos Estados a PEC das Perícias, então o que é que eu estou propondo? Que aproveemos os dois requerimentos, porque uma coisa é o debate, e o



outro documento é sobre as proposições legislativas. É importante que cada Deputado que participou da CPI tenha 50, 100 volumes, para fazer debates. Lá vai estar o resumo de todas as proposições da CPI.

Então, foi por isso que eu pedi que se publicasse em separado, para não ficar muito grande, porque se poderia publicar um só, mas eu acho que na maioria dos Estados os Parlamentares vão debater se se deve aprovar e criar o Fundo Constitucional para Superação do Racismo e Reparação de Danos, outros vão discutir se tem de ser independente a perícia, outros que vão discutir o Ciclo Completo, outros vão discutir a constitucionalização dos planos, outros vão discutir que os Municípios vão ficar inadimplentes, querendo implantar a história da África.

Na verdade, eu estou propondo fazermos duas separatas, Deputado Pastor Eurico, para que nós possamos ter os documentos, e a comunidade que queira discutir aquele assunto vai ter em mãos aquele documento e o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Porque o primeiro requerimento, Deputado Pastor Eurico, é apenas para publicar as transcrições das audiências públicas, bem como os dados apresentados pelas Secretarias de Segurança Pública e demais expositores. Nós não vamos ter de votar o conteúdo disso, porque isso diz respeito a documentos. O segundo requerimento é porque isso vai ser encaminhado também para discussões, vai ser encaminhado para autoridades, porque são recomendações e são também as proposições que estão sendo apresentadas e que terão depois outro encaminhamento em Comissões Especiais que vão analisar esses projetos todos.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Bem, eu não estou questionando. Eu estou apenas... Eu estou analisando o seguinte: como os dois requerimentos estão separados, eu estou apenas querendo simplificar, porque eu acho que é importante ter essas informações, e que aqui, tudo bem, não se altera nada; se já estiver acoplado, todos aqueles que receberem com certeza já levam num volume só tudo, e isso vai ser importante, porque pode conter um e pode não conter outro. Eu quis simplificar, achei importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É claro. Não, nesse caso, ele falou em separata, mas é o seguinte: eles podem ser apensados ao relatório que for apresentado.



O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - É, eu só acho que, desculpem, salvo melhor juízo, ter os dois juntos seria melhor. Não estou contra, não; pelo contrário, acho importantíssimo isso. Esse é um fato até ímpar que está acontecendo, e importante, porque toda a comunidade negra, como também os que não são da comunidade, mas que se interessam, todos os segmentos vão poder analisar em conjunto, ver lá exatamente o que foi apresentado aqui, e as deliberações que houve aqui, conforme as proposições, e o que foi aprovado também. Isso vai ser importante. Essa seria só uma sugestão.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Deixe-me dialogar com V.Exa.; o relatório final, na totalidade, o relatório que nós vamos aprovar aqui, ele será impresso em um único documento. O que nós estamos pedindo? Acatando sugestão inclusive do Deputado Edson Moreira, que queria ver publicadas, além do mapa da violência, as estatísticas dos Estados, então, acatando a sugestão do Deputado Delegado Edson Moreira e de mais alguns que disseram que foram ricas as audiências nos Estados, resolvi publicar em separata. Não há problema nenhum, mas eu prefiro, se V.Exa. concordar, que seja em separata. Por quê? Porque, quando nós vamos aos Estados, nós queremos ater-nos aos documentos que vão virar lei; então, é melhor não misturar, para ninguém ficar recorrendo ao passado e desviando a atenção do principal, que são as legislações que serão apreciadas pelo conjunto da sociedade.

Então, se V.Exa. puder concordar, aprovamos os requerimentos de formato em separata.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Mesmo discordando, eu jamais vou ser contra o seu pedido. Puxa vida! O seu pedido está sendo uma ordem para mim. Eu concordo com V.Exa. Eu estava apenas dando uma sugestão (*risos*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em votação o Requerimento nº 108, de 2015.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

O segundo requerimento é o Requerimento nº 109, de 2015, do Sr. Reginaldo Lopes, que *“solicita que sejam publicados em separata 10.000 exemplares das proposições legislativas criadas por esta CPI, das recomendações indicadas por*



esta CPI e das indicações de proposições em tramitação na Câmara dos Deputados”.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Já encaminhei. Peço apoio aos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em discussão.

Em votação.

Os que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Devolvo a palavra ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Vamos à apreciação... Não, nós já encerramos a discussão.

Então, vamos à votação do nosso relatório final.

Quero convidar a Deputada Rosangela Gomes, mas primeiro eu quero aqui ler as modificações acolhidas pela Relatora, antes de passar a palavra para a nobre Relatora.

Então, as recomendações acolhidas aqui pela Relatora foram sistematizadas numa tabela — não é? — “antes” e “depois”, para que cada Deputado e Deputada pudesse ter em mãos, mas, em síntese, ela acrescentou uma tabela sobre o mapa da violência na pág. 14 e procedeu ao seguinte: supressão do último parágrafo da pág. 30; supressão da transição na pág. 36; supressão da referência 26 na pág. 45; alteração da extensão da citação na pág. 49; acréscimo da fala da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, na pág. 68, quando ela disponibilizou todos os seus equipamentos da Casa das Mulheres para acolher as mulheres negras vítimas de violência, para haver políticas de reparação do dano do ponto de vista psicológico; inclusão do nome do Fundo, na pág. 68, que deve ser o Fundo Nacional de Promoção e Igualdade Racial e Superação do Racismo e Reparação de Danos; supressão do último parágrafo na pág. 98; modificação da recomendação acerca do modelo de polícia na pág. 100, que é a questão da desmaterialização; supressão da recomendação 6, na pág. 103; acréscimo ao último parágrafo da pág.



119; alteração na pág. 165; modificação das recomendações 1, 2, 4, 13, 26, 28, proposição do Deputado Pastor Eurico; alteração de todas as ocorrências da expressão “mídia sensacionalista” para “mídia e estigmatização de jovens negros e pobres”; acréscimo do ofício recebido pela Justiça Global no relatório da Bahia, de proposição do Deputado Luiz Couto; inclusão dos relatórios do Pará, a pedido do Deputado Delegado Éder Mauro, de Nova Iguaçu, a pedido do Deputado Glauber Braga, de Pernambuco, a pedido do Deputado Pastor Eurico e do Deputado Betinho Gomes, e de Rondônia, a pedido da Deputada Mariana Carvalho.

Eu quero, em síntese, primeiro dizer para o conjunto dos colegas que eu não usei a palavra para defender o relatório, eu tinha direito aos 15 minutos, mas eu sei que já fui vencido, e quero dizer que não há nenhuma alteração, nenhuma modificação do ponto de vista das proposições legislativas, não é? E também do ponto de vista das conclusões, porque o relatório e as proposições se estruturam a partir das conclusões.

Por exemplo, então vamos lá, é fruto do debate aqui. Alguém pode ser questionado? Bem, os senhores definem que há um genocídio; a definição de genocídio aqui é simbólica. Definição simbólica é um novo conceito, baseado em textos de Florestan Fernandes e de Fernando Henrique Cardoso. São textos que definem a ausência de políticas do Estado, não de um governo, do Estado brasileiro, que depois de 400 anos de trabalho escravo, a partir da Abolição, não implantou políticas de reparação de danos.

Soma-se a definição de genocídio simbólico à matança, que é de 80% dos nossos negros. Com isso, a Relatora concluiu, como ela apresentou aqui, pelo genocídio.

Também conclui pelo racismo a partir da história de toda a sociedade brasileira, do racismo não de famílias, mas do racismo do Estado, do racismo institucionalizado, da não presença dos negros em vários espaços de poder, apontando para a necessidade de um rompimento dessa estrutura do Estado.

A partir daí, o que a CPI propõe, se ela define nessa direção? Ela faz uma proposição: a constituição de um Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Superação do Racismo e Reparação de Danos — porque temos uma dívida; portanto, ela propõe a apresentação de uma PEC — com 2% da arrecadação do IPI



e do Imposto de Renda não dos Municípios e dos Estados, e sim da União; não altera a participação dos Municípios e dos Estados, altera a da União; e também a apresentação de uma PEC que os senhores sabem que virou matéria de Comissão Especial e será objeto de novos debates, e em que se determina a aplicação... Porque, se nós estamos dizendo que há vítimas, tem de haver a reparação de danos; então, essa PEC permitiria reparar danos aos familiares de vítimas de violência, em especial as mulheres negras, mães, avós, que são duplamente vítimas, que continuam com os seus filhos, e repete-se o ciclo da pobreza pela ausência do Estado e de políticas públicas.

Propõe também políticas públicas, no sentido da promoção da igualdade racial, em quatro áreas em que, simbolicamente, nós estamos dizendo que há racismo, que há desigualdade entre brancos e negros: a área da saúde, a área da educação, a de habitação, e ainda a área da urbanização, porque é nos territórios, geralmente nas periferias, para onde os negros foram expulsos após a Abolição que se concentra a ausência do Estado, em que não há política de infraestrutura, urbanização, ciclovias, calçadas, não há presença do Estado.

Já quem conhece a história de Bogotá sabe que lá houve um choque de políticas de urbanização nas periferias e nos bairros mais afastados.

A partir da definição de que há uma matança, nós propusemos então a elaboração de um pacto nacional, um pacto republicano pela vida, a partir do Plano Nacional e dos Planos Estaduais e Municipais. Para obrigar os Estados e os Municípios a fazerem alguma coisa, nós precisamos mexer na Constituição. Então, em uma PEC, entre os direitos individuais e garantias da família, da criança, do adolescente, da juventude, no mesmo caminho que nós trilhamos na política para a juventude, nós estamos constitucionalizando a responsabilidade de Municípios e Estados de, no prazo de 1 ano, elaborar planos estratégicos, republicanos, debatidos, popularizar o tema segurança pública e definir quais são as suas metas para reduzir as taxas, que estão estarrecedoras, porque nós matamos 70 jovens para cada 100 mil habitantes. Nós estamos dizendo que nós queremos que essa taxa esteja no patamar internacional, de um dígito, menor do que 10 para 100 mil habitantes. Então, é um apelo positivo.



E, dentro desse Plano Nacional, essa constitucionalização é porque o PL impõe responsabilidades e obrigações dos Municípios e dos Estados, como Erika Kokay propôs; porém, isso não tem validade num PL, e nós tivemos de fazer uma PEC para alteração da Constituição. Então, temos uma PEC que a altera nesse sentido e propõe o Plano Nacional de Metas.

O Plano Nacional tem cinco metas e várias diretrizes. As metas do Plano Nacional são: primeira, reduzir para um dígito, em 10 anos, o número de homicídios no Brasil; segunda, diminuir a vitimização de policiais; se há morte de policiais, há conflito, há violência; terceira, diminuir a letalidade policial; quarta, elucidar crimes, não é, Deputado Edson Moreira? Se nós não elucidamos crimes, o problema não é o tamanho da pena, é o tamanho da impunidade; e a quinta é onde entram as políticas sociais, o Juventude Viva: construir um conjunto de políticas afirmativas nos territórios com predominância afro-brasileira e com altos índices de violência.

A partir dessas metas entram as várias diretrizes que há lá, como a da educação em tempo integral, como proposto pelo Deputado Éder Mauro e por vários outros Deputados. Nesse sentido, ali entra um conjunto de diretrizes para que a União, em 180 dias, mande as metas para esta Casa, e também estabelece isso para os Municípios e para os Estados.

Há várias outras questões importantes; por exemplo, muito reivindicada pelos movimentos negros, em 9 de janeiro de 2003 nós aprovamos a obrigação de se introduzir nos currículos a História da África, mas isso não foi implementado. Então, apresenta-se uma lei que torna inadimplentes os Municípios. Também no SINESP, Deputado Luiz Couto, há uma reclamação de que não há dados; então, a lei também responsabiliza o gestor, fixa o repasse de verba da União para o Estado, declara inadimplente o Estado que não alimentar em tempo real o banco de dados sobre os homicídios e também sobre a taxa de elucidação.

O que eu estou dizendo aqui é que há vários outros projetos: perícia independente, para que de fato possa avançar; Polícia com ciclo completo, para que não haja duas meias Polícias; ou seja, o que eu quero dizer é que o relatório e o conjunto das proposições defendem a tese principal em que foi estruturada a conclusão final do documento.



Portanto, eu quero aqui, ao encerrar e passar a palavra para a Relatora, dizer que agradeço à Relatora o companheirismo nesta caminhada e, de fato, a aceitação das sugestões de modificações no relatório, porque ontem nós apresentamos um relatório com proposições de todos os setores, e hoje a Relatora apresenta a supressão de alguns artigos e termos, mas essa supressão não compromete, em hipótese alguma, nenhuma proposição de futuro, está dentro das recomendações e também segue o tema que está na Constituição Federal. Portanto, eu quero dizer aqui que tem a minha concordância, do ponto de vista deste encaminhamento, porque eu acho que sinaliza para uma unidade maior, para uma convergência aqui na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, e eu acho que isso é o mais importante, tendo em vista que nós teremos muito trabalho, após a aprovação do relatório, para convencer a Casa a instalar as novas Comissões para análise do que nós temos aqui, produto do trabalho coletivo de todos os que estão aqui, projetos de emenda à Constituição da própria CPI, os quais nós vamos ter de encaminhar.

Então, nesse sentido, quero passar a palavra, por 20 minutos, para a nossa Relatora Rosangela Gomes.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, não sei se poderia antes só fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós encerramos as discussões, mas se for uma questão de ordem... Porque nós já encerramos o debate. Na verdade, todos falaram 15 minutos. Nós ficamos aqui 6 horas e 35 minutos ontem, garantimos a todos o direito de fala, mas se for uma questão de ordem...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós vamos ter direito de falar depois das comunicações?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós podemos combinar aqui... Não dá tempo, por causa da Ordem do Dia. Nós podemos fazer o seguinte: colocar em votação e abrir para o debate depois, ou orientação de votação, por 1 minuto ou 2.

Eu quero pedir concordância pelo seguinte: ontem eu procurei o Presidente Eduardo Cunha e combinei... Ele disse: “Às 15 horas eu vou começar a Ordem do Dia.” Então, nós combinamos aqui de meio-dia, que era o término da sessão do



Congresso, até às 15, para votar o nosso relatório, e a partir das 14h30 este plenário está comprometido com outra Comissão. Mas se for uma questão de ordem, Deputado Pastor Eurico...

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Ontem nós citamos, eu citei aqui páginas, citei proposituras; quero agradecer as ponderações, mas eu citei a propositura nº 6 porque é uma expressão para a qual não existe nem lei, e ela...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Não me parece que foi vista alguma coisa, até porque... A expressão "sexistas e homofóbicas na mídia", essa expressão eu questiono estar aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Vamos lá. Tem a palavra a Deputada Rosangela Gomes, por 20 minutos.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Boa tarde a todos e a todas.

Primeiro, vou falar do nosso trabalho na nossa CPI, dos debates que nós fizemos aqui ao longo destes meses, falar do tema, que é um tema importante, extremamente relevante para o povo afrodescendente, o povo negro, preto e preta, falar dos problemas que nós identificamos e das soluções que nós apontamos aqui, por meio de projetos de leis, de propostas de emenda à Constituição, de instalação de Comissões.

Eu concordo com o que foi dito pela maioria das Sras. e dos Srs. Deputados; infelizmente, um tema tão importante como esse não daria para debater, discutir, aprofundar, atender a necessidade de todos e todas em 3 meses, um problema que tem distorções históricas de décadas, séculos, e 3 meses é um tempo muito limitado, em que não daria para fazê-lo, mas nós aqui estivemos, de uma forma bem equilibrada, de uma forma bem verdadeira, de uma forma bem neutra, pautando-nos por aquilo em que nós acreditamos, por aquilo que nós fazemos e vivemos, sabendo ouvir a todos, respeitando a todos, de forma que possamos atender à demanda de todos.

Quero dizer para os senhores que nós nos debruçamos aqui, nestes meses, sobre duas falas importantes, e ontem eu fui muito questionada sobre a questão do genocídio e sobre a questão do racismo. Deputado Glauber, fui, nos corredores, bastante ponderada com relação a essas duas palavras. E nós nos debruçamos



aqui sobre o mapa da violência, sobre os dados de institutos, Secretarias e outros tantos que vieram aqui, e discutimos, e vimos aqui que de 1980 a 2012, em 32 anos, nós tivemos 1 milhão 202 mil pessoas vítimas de homicídio, 1 milhão e 41 mil pessoas vítimas de acidente de trânsito e 216 suicídios; as três causas, somadas, totalizaram 2 milhões 459 mil 791 mortes.

Interrogaram-me, argumentando que essa palavra, “genocídio”, seria muito forte. Eu fui pesquisar um pouco mais sobre genocídio e vi sobre os principais genocídios começaram... Eu comentei isso com Reginaldo, eu não sei se ele comentou aqui; eu vi que em 1915, quando do massacre dos armênios pelo Império Otomano, a estimativa de mortes foi de 1,5 milhão, Deputada Erika Kokay; nas Filipinas, na Guerra Filipino-Americana, de 1899 a 1913, a estimativa do genocídio foi de 1,5 milhão, Deputado Edson; dos assírios, pelo Império Otomano, em 1915, o genocídio foi de 500 mil a 750 mil pessoas; de indígenas, nos Estados Unidos, no genocídio que foi o maior da humanidade, nem eu sabia disso, foram 13 milhões; de ucranianos, na União Soviética, de 1932 a 1933, Deputado Luiz Couto, foi de 2,6 milhões a 10 milhões; no holocausto, Deputado Paulão, dos judeus na Alemanha nazista, foi de 6 milhões; de minorias no Camboja, a estimativa de mortos é de 2 milhões; das minorias no Kosovo, de 300 mil; dos tútsis em Ruanda, de 800 mil; no Sudão, em 2003, a estimativa é de 400 mil. Então, com esses nossos dados de 2.459.791 mortes, não é um absurdo afirmar que existe genocídio de jovens negros e pobres, que são assassinados no Brasil.

Essa é a tese em que nós nos pautamos, e por isso nós vamos aqui defender e garantir, porque são 2 milhões 459 mil 791 mortes do ano de 1980 a 2012, em 32 anos. Se pegarmos aí aproximadamente 60 anos, talvez isso chegue...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - São todos negros? São todos negros? É isso que eu quero saber.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Negros e pobres. Negros e pobres. Talvez cheguemos aos dados do holocausto nazista, sem contar os dados de segurança pública, que nós não computamos, e sem contar os desaparecidos, porque quando não se localizam os desaparecidos não há dados. Então, essa tese de que existe genocídio é real, e nós nos pautamos nisso.



O segundo ponto foi a questão do racismo. O segundo ponto foi a questão do racismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Um pouco mais de silêncio no plenário, só para ouvirmos a intervenção da nossa Relatora.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Eu respeito todos. Eu ouvi todos aqui, pacientemente. Todos têm condições de aceitar ou divergir do meu relatório. Só queria realmente que pudessem ajudar, porque nós estamos aqui praticamente sem dormir, como em todos os finais de semana.

Então, o racismo é uma realidade, e aqui eu poderia citar vários casos; vou citar o mais recente, o da jornalista Maju. Ou então, para não ficar muito direcionado, vou falar de mim mesma.

Há muitos anos entrei num elevador e fui colocada para fora dele, isso há aproximadamente 28 anos; pediram-me que saísse porque eu teria de subir pelo elevador de serviço. Quero relatar também que quando tinha 8 anos de idade eu fui a uma festinha dos meus amigos de escola, e quando cheguei lá os pais dos meus amigos pediram que eu saísse da sala da casa deles porque eu era negra. Quero relatar também que nas lojas em que entro... por exemplo, fui a uma loja de grife em Salvador e uma senhora branca me chamou para perguntar qual era o preço de uma bolsa; eu não respondi, e ela me agrediu de uma forma desonesta, desonrosa, porque achava que eu era a vendedora da loja. Quero falar ainda da visita à Rondônia, lá na terra de Mariana Carvalho, quando, pela manhã, fui tomar café da manhã no restaurante; lá estavam três homens brancos, e quando entrei no restaurante eles me demandaram prestação de serviços, na hora lá do café da manhã. Inclusive eu falei com o senhor, Deputado Edson, na hora.

Quero falar ainda da clínica em que eu trabalhava, em que eu era tratada como pessoa de segundo escalão. Quero dizer ainda que quando saí candidata pela primeira vez como Vereadora fui chamada pela cidade inteira de macaca. Quero falar ainda da questão das crianças, no caso de adoção, porque, infelizmente, a maioria das crianças que são adotadas tem a pele branca. Posso citar aqui também o caso do ex-Ministro Joaquim Barbosa. Então, dizer que o racismo não existe é mentira. (*Palmas.*) E eu não estou citando aqui o exemplo de ninguém. Estou



citando o meu próprio exemplo, para que tenha mais legitimidade, e os senhores têm o direito de aceitar ou não.

Nós fizemos questão de incluir aqui, de forma bastante consensual, na medida do possível, de forma razoável, a fala de todos os senhores e as senhoras, respeitando o contraditório de todas e de todos, inclusive o meu, porque todos sabem que eu tenho origem evangélica, mas prezo pelo respeito a todos aqueles que não têm. Mas, de forma muito paciente, procuro atender a todos porque eu entendo que esta Casa é um espaço de política, é um espaço de poder, é um espaço de decisão, onde a maioria vota e aprova, e a minoria pode não gostar do resultado, mas tem de aceitar esse resultado, porque esta é uma Casa democrática.

Falamos da matança simbólica, que Reginaldo bem comentou aqui, e eu já fiz referência ao texto. Quero fazer uma crítica, isto de minha parte. Quero fazer uma crítica não à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, ou melhor, ao Ministério da Igualdade, porque é uma conquista do povo negro, é um Ministério importantíssimo para que nós possamos ter as reparações que queremos, mas é um Ministério que tem um orçamento muito pequeno, muito apertado, e ainda é um Ministério que foi vítima de cortes, como também o das mulheres; então, eu acho que esse Ministério merece toda a atenção, porque é inaceitável, é inaceitável um Ministério com essa proporção, com essa grandeza; afinal de contas, nós o povo negro, o povo preto deu uma contribuição significativa para a construção do nosso País, e tem um Ministério com recursos da ordem de 33 milhões de reais apenas, enquanto, na verdade, construímos um estádio de futebol cujo valor foi de mais de 2 bilhões de reais. Então, esta é uma crítica minha, pessoal, e aqui não estou usando a fala de ninguém. É uma fala minha, própria.

Quero falar ainda das calorosas discussões que tivemos aqui. Uma delas foi sobre a questão da redução da maioria. Eu fui muito honesta com esta Comissão; desde o início expliquei que eu entendo que isso não resolve, essa questão da redução, mas que ia seguir, eu não tenho vergonha de dizer, que ia seguir a orientação de meu partido, porque se hoje estou nesta Casa foi graças ao meu partido, que me convidou e me deu oportunidade de estar onde estou, de ser o que sou. Obviamente foi pela vontade popular, mas meu partido me convidou por



acreditar naquilo que faço, que discuto, em que trabalho, que defendo. Então, eu respeito e amo o meu partido.

Como já disse aqui, partido tem a função de defender os seus interesses, desde que sejam legítimos e legais. Nós vimos aqui o PT defendendo coisas de que defenderam a vida inteira o contrário, e votando, porque neste momento entende que o Governo precisa fazer alguns ajustes. Cito aqui o exemplo do ajuste fiscal. O PT votou porque entendia que o interesse do Governo, do País, naquele momento era o mais importante, e o meu partido entendeu também que naquele momento a questão da redução da maioria penal era importante para atender a demanda da sociedade; eu o segui, e não me arrependo, mas faço a recomendação, de forma bastante honesta, em cima de tudo que foi pontuado e ponderado aqui. Então, exerço a fidelidade partidária, sem nenhum problema.

Quero dizer aqui aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que talvez esse não seja o melhor relatório produzido aqui por esta nobre e humilde Deputada de primeiro mandato, mas os senhores podem ter certeza de que desde o dia em que assumi o compromisso, e antes mesmo de ter assumido o compromisso com os senhores e as senhoras, nós temos compromisso com a história, não negando as nossas origens, não negando os nossos princípios, respeitando todos e todas.

Gostaria apenas de ressaltar mais uma coisa, para concluir a minha fala. Quero dizer que gostaria que todos aqueles que defendem que não há racismo trocassem de pele por uma semana, se fosse possível, conosco, nós negros e negras, e após essa semana me dissessem se existe ou não racismo.

Então, por tudo que eu já disse aqui, de forma bastante objetiva, durante este tempo todo, eu quero pedir aos senhores e as senhoras o voto “sim”. O voto “sim” significa o fim do extermínio dos jovens negros e pobres. O voto “sim” significa o fim do racismo, simbólico ou material. Eu quero pedir a esta Comissão que, de forma bastante consensual, se for possível, ajude-nos a aprovar este relatório.

Eu peço a todos o voto “sim”.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Relatora.

Vamos fazer aqui uma orientação. O correto é pelos blocos. Deveríamos começar pelo PSOL. *(Pausa)*. Não está presente. O PTC também não.



Com a palavra o Deputado Major Olimpio, por 1 minuto, do PDT.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, muito rapidamente, várias das ponderações que fiz no meu voto em separado foram prontamente acolhidas pela Relatora e por V.Exa. Há pontos em que ainda posso divergir em relação ao conteúdo — divergir é próprio da democracia. Já fiz o encaminhamento de meu voto em separado, dizendo que votaríamos favorável ao voto da Relatora, com as ressalvas já contidas.

Portanto, o meu voto é “sim” em relação ao relatório. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O próximo é o Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV. Vou abrir para os partidos por 1 minuto.

Com a palavra a Deputada Mariana Carvalho, pelo PSDB.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Sr. Presidente, tive oportunidade ontem de parabenizá-los pelo trabalho à frente desta CPI. A realidade foi sentida por onde a gente andou. Acho que as palavras de nossa Relatora Rosangela foram realmente tocantes e demonstram o que a população negra passa e sente no dia a dia. Infelizmente, a gente sabe que muita gente acaba não suportando esse preconceito, esse racismo que existe. A gente precisa com essa CPI fazer com que cheguemos, sem dúvida, a um País com mais igualdade, com mais respeito ao próximo. Eu tenho certeza de que, a partir deste momento, a gente está mais perto de chegar.

Fiz os meus comentários, os meus questionamentos ontem ao Sr. Presidente, a nossa Relatora, aos nossos colegas da CPI, sobre a minha preocupação com a palavra genocídio, por ser realmente um termo muito forte, por ser um extermínio. Essa era nossa preocupação, que foi passada para vocês. Entendo essa questão de vocês considerarem esse genocídio, mas a preocupação era por sermos considerados e caracterizados como um País realmente reconhecido como tendo genocídio, até comparando-o a outros países que não tiveram esse reconhecimento e viveram realmente grandes guerras.

Sem dúvida, quero deixar aqui o nosso voto favorável ao relatório da nossa Relatora Rosangela e parabenizar todos pelo trabalho nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pelo PSB, com a palavra o Deputado Glauber Braga, por 1 minuto.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente Deputado Reginaldo Lopes, Deputada Rosângela, o relatório avança em questões importantíssimas, como o reconhecimento do genocídio simbólico e material. Ao mesmo tempo, uma carga importante do reconhecimento da sociedade brasileira, da população negra foi fundamental, bem como a recomendação no que diz respeito à aprovação do projeto que trata dos autos de resistência. O plano de enfrentamento aos homicídios dos jovens negros brasileiros também é um ponto muito relevante contido no relatório. Exatamente por esse motivo, nós recomendamos e votaremos “sim”, parabenizando a Comissão, a Relatora Deputada Rosângela, o Presidente Reginaldo Lopes e o conjunto dos Parlamentares, para que possamos ter o encaminhamento positivo e a aprovação da matéria

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Glauber Braga.

Algum Deputado do PPS está presente? (*Pausa.*)

Algum Deputado do PV? (*Pausa.*)

Pelo PT, tem a palavra o Deputado Luiz Couto; depois, pelo Governo, falará o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, há um ditado que diz que quem quer tudo, no final, fica sem nada. Nós poderíamos ter um relatório muito mais amplo se tivéssemos a prorrogação para discutir mais profundamente sobre algumas questões.

Quero dizer que, mesmo depois da apresentação do relatório, a Relatora, ouvindo diversas falas, aceitou realizar cinco supressões — de algumas delas, inclusive, discordamos, porque achamos que devemos acabar com todo tipo de preconceito e discriminação, que é algo que nos chama a atenção. Tivemos quatro acréscimos, ou seja, acrescentando também proposições que foram feitas nos votos em separado. Houve ainda três alterações; duas inclusões e duas modificações, sendo 16 modificações a partir do dia de ontem.

É claro que dentro da nossa bancada há posições divergentes com relação a alguns pontos, mas, em nome daquilo que é o conjunto maior, mesmo tendo posições que poderíamos discutir mais, tendo vista que foi importante o que esta Comissão fez e que ela não vai parar aqui, até porque já aprovou a criação de outra



Comissão que vai acompanhar, durante três legislaturas, as políticas, as recomendações e as proposições sugeridas para enfrentar essas questões... A Comissão ficará atenta a essa situação.

Então, nesse aspecto, Sr. Presidente, esperamos que este relatório não tenha o fim que tiveram o de algumas Comissões, pois nós os encaminhamos para as autoridades e ficaram eles engavetados — e muitas vezes são queimados.

Eu mesmo tive um exemplo da CPI dos Grupos de Extermínio no Nordeste, cujo relatório final encaminhei para cada Governador de Estado. Eu perguntei aos novos Governadores eleitos se eles encontraram algum relatório sobre essa questão em seus gabinetes. Eles disseram que não. Eu tive que enviar novamente, para que eles tomassem providências, a exemplo de Pernambuco, que fez uma bela operação lá, desbaratando diversos grupos de extermínio, assim como ocorreu no Ceará e na Bahia. Infelizmente, na época, não veio à CPI o Secretário responsável pela questão no meu Estado porque alegou estar doente.

Eu queria dizer que votamos favoravelmente ao relatório com essas situações que a gente colocou aí. Algumas pessoas deverão depois declarar seus votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado pelo PSD e Líder Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Relatora — a quem quero aqui mais uma vez parabenizar o trabalho e o esforço que se somou durante todas essas reuniões e viagens feitas —, quero agradecer a relatoria, inclusive, diante de todas as discussões que houve aqui, pela inclusão de alguns posicionamentos meus no relatório final e pela flexibilidade que a Mesa e V.Exa., como Relatora, teve para com os Parlamentares.

Utilizando as palavras do colega que acabou de falar, às vezes, quem quer tudo sempre acaba com nada. Então, eu posso ter querido incluir tudo — pelo menos tentei colocar todos os meus posicionamentos, como a questão da desagregação familiar, das políticas públicas, do envolvimento com a droga e com o crime —, mas fui atendido em algumas coisas que acho relevantes.

Fico muito feliz, principalmente, pela questão justa da supressão das questões de gênero do relatório, que não se alinham com as questões que são tratadas. Acho que foi acertado esse posicionamento de V.Exas.



Por isso, Sr. Presidente e Sra. Relatora, embora eu ratifique a questão do meu voto em separado, pela questão do racismo e do genocídio — e V.Exas. já se posicionaram que isso é dito de forma simbólica —, tenha certeza de que meu voto é pelo “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro.

Com a palavra, representando o PROS, o Deputado Dr. Jorge Silva.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Sr. Presidente, quero mais uma vez cumprimentar V.Exa. e a Relatora, Deputada Rosangela Gomes, e toda a sua equipe, que durante esses 3 meses estiveram à frente desta CPI e fizeram um trabalho árduo que, com certeza, foi um dos grandes trabalhos feitos por esta Casa neste primeiro trimestre.

Acho que esta CPI, mais uma vez, teve a oportunidade de colocar em evidência esse tema tão importante e pode não chegar ao relatório ideal, mas acho que é um relatório possível, um relatório em que houve avanços e um relatório que abre uma janela imensa para que uma série de problemas possam estar sendo encaminhados e discutidos nesta Casa.

Então, a posição do meu partido, o PROS, é favorável ao relatório da Deputada Rosangela Gomes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Com a palavra, pelo PCdoB, o Deputado Davidson Magalhães.

Justifico a ausência do nosso Vice-Presidente, Deputado Orlando Silva, que está na Casa Civil.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero parabenizar a Deputada Rosangela Gomes e o Presidente desta Comissão, o Deputado Reginaldo Lopes, por esse belo trabalho.

Na verdade, no contexto em que estamos vivenciando, que é o de uma pauta regressiva, é uma vitória termos aprovado a criação desta Comissão — e sabíamos que iria ser uma aprovação pela realização dos trabalhos, mas com um limite estabelecido. Ou seja, quem apostou que a Comissão não iria ter resultados pode ter se incomodado com os resultados aqui produzidos.



Como resultado do debate de ontem, é claro que algumas mudanças ocorreram. Nós estávamos mais de acordo, em razão do nosso pensamento e do nosso modo de ver a sociedade brasileira no conjunto das suas desigualdades, com as questões tratadas no seu conjunto, porque não são questões simples e dizem respeito a um conjunto de violências que a nossa juventude, especialmente a nossa juventude negra e pobre sofrem.

O resultado desse relatório final parece-me extremamente positivo. Foi uma grande contribuição, Deputada Rosângela, Deputado Reginaldo e todos aqueles que participaram do debate e dos enfrentamentos nesta Comissão, porque aqui é a Casa do debate político, do debate das ideias, das concepções sobre a vida e sobre como melhorar a realidade, a serviço de que e como melhorá-lo.

Por isso, parabenizo todos que participaram deste debate. Como todo debate, foi acalorado e, às vezes, radicalizado. Mas isso ocorreu porque queremos ir às raízes dos problemas. Portanto, parabenizo o conjunto de Deputados e Deputadas que participaram deste debate na Comissão, de maneira respeitosa.

Estamos terminando os nossos trabalhos na CPI e produzindo um instrumento importante de mobilização da nossa sociedade para enfrentamento da violência contra os nossos jovens negros e pobres. É uma peça importantíssima que fundamenta o combate ao racismo na nossa sociedade, ao racismo simbólico e, especialmente, ao racismo material, concretizado nos corpos dos nossos jovens e negros, infelizmente, assassinados, tudo em razão da forma com que o Estado e a sociedade ainda tratam dos negros e pobres neste nosso País.

Portanto, é um traço de classe e de raça que esse relatório traz. Esse é um relatório que faz esse diagnóstico muito bem.

Parabéns a todos da Comissão que deram as suas contribuições. Foi exatamente esse conjunto de contribuições que permitiu a riqueza desse relatório.

Meu voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães.

Do Bloco do PMDB, com a palavra, Deputado Celso Jacob.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Sr. Presidente, quero parabenizar a Deputada Rosângela Gomes pelo árduo e exaustivo trabalho, assim como



parabenizo toda a Comissão e, em especial, o Presidente Reginaldo Lopes, que foi incansável também.

É muito difícil, numa CPI desses moldes, conseguir-se consenso na relatoria de um tema tão polêmico. Eu mesmo também questioneei a palavra “genocídio”, mas já foi explicado. Então, a gente está chegando a um consenso positivo. Acho que, apenas para citar um número, ao conseguir 80% ou 85% de consenso numa posição difícil como essa, realmente, merece V.Exa. nossos parabéns pelo seu trabalho e pela sua paciência de conduzir esses trabalhos com êxito.

O voto do PMDB é “sim”, com louvor pelo trabalho e pelo esforço da Relatora, do Presidente e da Comissão como um todo, que foi compreensiva e pôde chegar ao consenso num assunto polêmico, sofrido, difícil, que é a constatação da violência contra jovens pobres e negros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Celso Jacob, pela contribuição.

Embora estejamos em processo de votação, podemos nos estender por mais um minutinho.

Com a palavra, pelo Bloco do PP, a Deputada Conceição Sampaio.

A SRA. DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo, queridos colegas Parlamentares, primeiro, quero agradecer ao meu partido por ter me dado a satisfação e a honra de poder compor esta Comissão que reputo de grande importância.

Deputado Reginaldo, querida Deputada Rosângela, penso que, ao instalar a CPI nesta Casa, já tivemos uma grande vitória, que foi a de trazer a situação dos nossos jovens negros e pobres brasileiros à tona, ao palco de uma grande discussão.

Entendo que, só por aí, já obtivemos um grande êxito, que foi trazer à visibilidade um assunto que muito nos inquieta. Temos que encontrar os caminhos para coibir essa prática tão abusiva que ainda acontece, sim, no Estado brasileiro. O preconceito é muito mais enraizado em nosso dia a dia do que os valores de que precisamos ter.

Então, penso que esta CPI cumpriu seu papel, certamente, ao trazer visibilidade a essa temática tão necessária e importante.



Quero cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes pelo trabalho à frente da Presidência desta Comissão, todos os colegas que compuseram esta CPI e a Deputada Rosangela Gomes, querida, que durante esse período adoeceu, foi para um hospital, mas, como mulher aguerrida que é, está aqui trazendo um relatório que é um consenso de todos nós. Vejam que a gente não conclui o trabalho hoje. A partir de agora, o trabalho vai ser iniciado.

Então, o voto do PP, claro, é “sim”. Entendemos que muito mais se poderá fazer dentro da Câmara Federal, olhando essa realidade que temos no dia a dia. Se tivemos ou não um genocídio, a gente está apontando no nosso relatório aquilo que queríamos trazer à visibilidade.

Então, parabéns, Deputada Rosangela! Penso que, a partir de hoje, esta Casa, não só nesta legislatura, mas nas próximas certamente, terá um material importante, principalmente para fazer com que os Estados brasileiros também possam participar de forma direta nesse combate que ainda temos em nosso País.

O voto do PP é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra, pelo PRB, a Deputada Relatora.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - O voto do PRB é “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado. Com a palavra, pelo PTN, o meu conterrâneo, Delegado Edson Moreira. Quero agradecer a V.Exa., que viajou por todo o Brasil em nossa companhia.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Ratifico, *in totum*, tudo o que eu disse ontem.

Após 25 anos de investigação, tendo que provar cada liame de prova para obter sucesso nas investigações e em juízo, continuo com a minha visão. É lógico que, por tudo o que vi, por tudo que presenciei e pelo quanto labutei ao lado da Relatora, vou encaminhar o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra, pela Minoria e pelo Governo, o Deputado Pastor Eurico.



O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, quando eu comecei a estudar, não havia calculadora. Não sou tão velho. Aprendi a fazer as contas. Dez mais um, noventa e dois. Depois tinha oito mais um, nove; noventa e nada. Eu espero que não tenhamos a prova dos nove agora, depois disto aqui, porque com o trabalho que foi realizado por V.Exa. e por toda esta Comissão, com o trabalho da nobre Relatora, chegamos a um consenso.

Quando eu digo “nada”, eu espero que, daqui para frente, das 83 proposituras que aqui estão, pelo menos algumas possam ser atendidas. Que possamos ter um olhar melhor, por parte de quem de direito, para com essa situação no Brasil. Eu não diria, é claro, que isto ocorre tanto quanto antes, mas ainda hoje, para alguns, um branco correndo é atleta, e um negro correndo é um bandido. Nós não concordamos com isso. Nunca fomos a favor de violência, nem o seremos.

Quero dizer para aqueles de cujos posicionamentos às vezes aqui divergimos: o acatamento e a supressão de alguns pontos deste relatório fizeram com que chegássemos a um consenso. Com todo respeito à pessoa ou às pessoas que sempre estão defendendo as suas ideologias, principalmente aqueles que aqui estiveram tratando das questões ideológicas junto ao povo homossexual, eu gostaria de parabenizar V.Exa., Deputada Rosângela Gomes, porque o seu relatório, quando coloca a expressão “todas as formas de discriminação”, atende a qualquer pessoa. Então, eu quero parabenizar V.Exa. O relatório está muito bom! Acredito que a sociedade ganha, que o Brasil ganha, e nós todos somos vitoriosos. Lamentamos que alguns, às vezes, poderão olhar e não dar muito valor, mas espero que tenhamos os resultados maiores possíveis daqui para frente.

O nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Pelo Governo, tem a palavra o Deputado Orlando Silva, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, Sra. Relatora, vou ser bastante objetivo. Eu quero apenas fazer um registro.

Ao longo de toda a CPI, o Governo se fez representar nesta Casa por Ministros, Secretários Nacionais, Presidentes de Conselho vinculados a Ministérios. O Governo teve a oportunidade de expressar as suas preocupações no plano da segurança pública, no plano da promoção da igualdade racial, no plano das políticas



específicas para a juventude, no plano de políticas sociais, no plano dos direitos humanos. A impressão que tenho, Sr. Presidente, após ler o relatório, é que há uma sintonia entre as preocupações expressas por representantes do Governo e o relatório ora aqui apresentado.

Evidentemente, trata-se de matéria típica do Parlamento, que exerce a sua autonomia. Evidentemente, *a priori*, não pode haver um compromisso do Governo com as iniciativas legislativas que foram incorporadas pelo relatório, mas devo dizer que esse relatório é a construção possível. Esse relatório é a construção possível do Parlamento brasileiro e conta com o apoio do Governo. Evidentemente, não contemplou todos os Parlamentares individualmente e pode não ter contemplado todos os partidos individualmente, mas a política é o lugar de se construir consenso. Não adianta nos indignarmos com um ou outro ponto que se incluiu ou excluiu do relatório. Eu considero que o relatório é a síntese, é o resultado possível.

Cumprimento a Relatora, o Presidente, todos os Deputados e a Consultoria da Casa, que ajudou.

O Governo vai encaminhar favoravelmente ao relatório aqui apresentado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Em votação o relatório.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado, por unanimidade. *(Palmas.)*

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra. Eu não quis atrapalhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou passar a palavra a V.Exa., mas antes consulto o colegiado se podemos considerar aprovada a ata da presente reunião, uma vez que todo o conteúdo foi gravado. *(Pausa.)* Agradeço.

Aprovada a ata final da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Vou passar a palavra à Deputada Erika Kokay e à Deputada Benedita da Silva. Há três inscritos: o Deputado Subtenente Gonzaga, o primeiro que pediu a palavra, e as Deputadas Erika Kokay e Benedita da Silva.



Com a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bem rapidamente, eu queria dizer que fui um dos primeiros signatários da instalação desta CPI.

Como policial militar que sou, eu o fiz com uma grande convicção da necessidade de aprofundar esse diagnóstico e com uma grande preocupação também, porque eu antevia o julgamento de um segmento. Ainda assim, nós assinamos e apoiamos com muita convicção a necessidade da CPI.

Ao final, eu queria aqui registrar a nossa satisfação: a CPI não termina fazendo julgamento, e sim trazendo um diagnóstico, fazendo um diagnóstico extremamente importante e relevante da realidade e apontando um caminho.

Eu queria ressaltar que, neste primeiro mandato, apesar da minha predisposição de trabalhar, eu não tinha condições de encaminhar, não sentia ainda espaço para encaminhar uma proposta que vejo contemplada aqui na CPI. Refiro-me à construção de um plano de metas para a segurança pública. Acho que nós temos que avançar a partir do Parlamento, porque os planos de segurança pública que já foram apresentados via Executivo quase sempre vieram com a necessidade de uma resposta imediata a uma tragédia localizada e sempre vinham com um tempo de validade, ou seja, eram ações e são ações para um Governo, nunca um plano de Estado. Segurança pública não pode mais ser tratada como um projeto de Governo, tem que ser um projeto de Estado.

Então, acredito que uma das consequências que me deixa muito feliz e com a certeza de que teremos espaço para continuar essa discussão aqui é a proposta da criação desse plano de metas, que é um plano que vai dialogar com todos os outros setores no que diz respeito à segurança pública, ao combate ao racismo e à violência.

Por isso, muito obrigado! Quero cumprimentar todos e dizer para a Deputada Rosângela Gomes que, no dia 19 de novembro de 1995, enquanto eu estava vendo televisão, alguém disse assim: *“Quem conta piada de preto ou ri de piada de preto e diz que não é racista é um mentiroso”*. Eu era um mentiroso. Desse dia para cá — e nunca mais esqueci essa data —, nunca mais contei. Faço questão de não ouvir e,



se alguém contar perto de mim, eu sou capaz de esboçar nenhuma reação, nenhum prazer.

Portanto, realmente, nós carregamos a nossa cultura e precisamos dar conta disso, senão não vamos ajudar a eliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

Peço silêncio ao plenário.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Apenas quero deixar claro que eu não pude votar favorável ao relatório. Estou nesta CPI na condição de suplente. Portanto, como os companheiros titulares do Partido dos Trabalhadores estão aqui presentes, parece-me que não caberia o meu voto.

Eu me posicionei de uma forma absolutamente nítida. Acho que é um absurdo que nós tenhamos retirado as expressões de orientação sexual e identidade de gênero. Da mesma forma como nós lutamos — e a CPI é fruto dessa luta — para dar visibilidade ao racismo que existe na nossa sociedade, nós não podemos permitir que haja a invisibilidade de uma lógica homofóbica que impede as pessoas de exercerem a sua humanidade.

Nós temos vários casos neste País em que a violência se dá porque as pessoas são pobres e negras, mas também a violência se dá porque as pessoas são trans, lésbicas, porque as pessoas são gays neste País. Nós temos uma comunidade LGBT que não pode viver com a liberdade natural e absolutamente fundamental para reafirmar a nossa humanidade. Nós temos pessoas que não podem expressar o seu afeto. Nós temos pessoas que não podem expressar o seu amor. Nós temos pessoas que têm a violência dos armários, mas, para além da violência dos armários, têm a violência que leva marcas na pele, a violência da morte literal, a violência também da morte simbólica.

Por isso, Sr. Presidente, eu venho aqui para dizer que não posso concordar com esta omissão e esta invisibilidade, porque tenho a convicção — e encerro com isto — de que todas as discriminações têm o mesmo DNA. Na medida em que nós estamos permitindo, escondendo e invisibilizando a discriminação homofóbica, a discriminação transfóbica com a retirada das expressões de orientação sexual e identidade de gênero, nós estamos dizendo que algumas discriminações podem



acontecer e podem ser hierarquizadas. Por isso, venho aqui deixar clara a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva, por 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Sra. Relatora, primeiro eu gostaria de parabenizar o Presidente Reginaldo Lopes por essa iniciativa, pelo seu esforço. Quero parabenizar os Srs. Parlamentares que aqui deram suas contribuições — algumas, do meu ponto de vista, altamente contraditórias com a luta que nós travamos no nosso dia a dia. A Relatora, dentro dos seus limites regimentais, pôde acatar algumas, mas outras não puderam estar no seu relatório.

Eu quero aqui, Sra. Relatora e Sr. Presidente Reginaldo Lopes, neste término, na conclusão deste relatório, dizer que eu sou uma mulher cristã e, como tal, tenho conhecido muitas mazelas neste mundo. Quando vim para esta CPI, talvez eu estivesse vindo em causa própria. E não houve uma causa, uma audiência, um caso colocado nesta CPI de que eu não tivesse as marcas no meu corpo ou em alguém de minha família. Portanto, eu fui ampla o tempo inteiro, por reconhecer isso, além das letras frias ou mesmo da minha ideologia partidária.

Eu vou continuar lutando para que os outros possam ter, como eu estou tendo, a oportunidade de me colocar, sempre que puder, em defesa daqueles que não têm vez e voz.

Esta CPI incorporou momentos em que nós choramos, em que nós ficamos indignados, em que nós ficamos apreensivos e momentos, em meu caso, em que nós entregamos nas mãos de Deus. Eu acredito que nós somos todos humanos e humanos.

Ao término desse relatório, eu quero dizer a minha querida companheira, amiga e irmã, Deputada Rosângela Gomes: nós precisamos unir forças nesta Casa para deixar na compreensão dos homens que Deus criou homem e mulher, mas que esta batalha de gênero não pode ser colocada como um desvio para nós, porque as políticas públicas e a Constituição brasileira nos garantem políticas diferenciadas de gênero.



Portanto, abstrair-se a palavra “gênero” desse relatório é tirar única e exclusivamente as mulheres, que estão colocadas na Constituição brasileira como tendo política diferenciada. Se existiu Adão e Eva, eu não posso deixar de dizer que a Constituição brasileira, que é também pautada nesses princípios da civilização brasileira, criada entre homens e mulheres, deve estar nesse relatório. Quando sei também que muitas mulheres são assassinadas, muitas mulheres são cooptadas pelo tráfico, muitas mulheres morreram sob bala, muitas mulheres ainda vão morrer, eu não posso deixar de dizer que continuarei nesta Casa lutando pela política de gênero e para identificar os corpos dessas mulheres que também são gente e filhas de Deus.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra ao Deputado Bebeto, por 1 minuto. Tenho que entregar o plenário às 14h30min. Depois concederei a palavra, também por 1 minuto, à Deputada Mariana Carvalho e ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, quero dizer da nossa alegria. Eu acompanhei integralmente os debates aqui realizados, as oitivas, as audiências públicas. O esforço realizado por esta Comissão no sentido de compor um quadro para produzir um relatório equilibrado evidencia-se, assim como se evidencia — obviamente, com as restrições e com as observações, como uma Comissão — a busca que nós fizemos e o equilíbrio para produzir um relatório que desse conta de algumas questões centrais e centralmente abordasse o tema relativo ao homicídio de jovens negros e pobres, caracterizando conceitualmente aquilo que desejavam alguns, que seria a deslegitimação do que deveria ser esta abordagem, e um outro conceito que alguns não desejavam, o de genocídio.

Penso que, sob essas condições, nós tivemos possibilidade de dialogar. Está inserida no relatório a questão do genocídio contra a juventude, está inserido esse fato de superação do racismo institucional. Obviamente, não é completo, mas foi o relatório possível o que nós alcançamos.

Como relatório possível, nós queremos aqui parabenizar o esforço e o trabalho de todos os Parlamentares e da nossa Relatora, que se desincumbiu, mesmo com as observações, com os questionamentos, o que é parte do que este



Parlamento pode realizar. Temos consensos progressivos que às vezes alcançamos; outros, não. Mas o que importa é que o relatório precisa ser votado.

Sr. Presidente, não cheguei a tempo de aqui dar o voto pessoal, mas pedi aos companheiros que orientassem a posição do PSB. Estava fora inclusive de Brasília. Cheguei a pouco e vim direto. Estava fora da Câmara e só pude vir até aqui neste momento. Mas quero reafirmar o nosso compromisso em dar sequência a um conjunto de medidas que estão apontadas no relatório, na área da segurança, medidas relacionadas aos direitos humanos, à proteção da infância e da adolescência.

Portanto, a nossa alegria é grande em ver esse relatório aprovado, respeitados os posicionamentos contrários daqueles que não tiveram a possibilidade de ver suas opiniões, questionamentos e outros apontamentos incorporados ao texto final. Parabéns a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tem a palavra a Sra. Deputado Mariana, por 1 minuto.

Houve apoio, por unanimidade, ao relatório.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Sr. Presidente, Sra. Relatora, gostaria mais uma vez de parabenizar V.Exas. pelo trabalho à frente desta CPI. Gostaria de mostrar que o reflexo disso foram os votos de todas as bancadas positivos e favoráveis ao relatório. E gostaria de agradecer pelos pedidos atendidos, pelos esclarecimentos feitos. Acho que, independente de partidos políticos, sempre conversamos sobre isso — até mesmo no primeiro dia das nossas reuniões, quando fui escolhida Vice-Líder desta CPI, tive oportunidade de estar ao lado do Sr. Deputado Reginaldo, mesmo sendo oposição ao Partido dos Trabalhadores — e soubemos conviver, mesmo com ideias diferentes, escutando a todos, às vezes até nos nossos posicionamentos, tentando entender os motivos e os porquês disso tudo.

Agradeço a todos que tiveram oportunidade de estar em nosso Estado de Rondônia, vendo a realidade de Rondônia e, principalmente, vendo essas divergências. Lá, a discussão da redução da maioria penal acabou tomando conta da audiência pública.

Eu disse que o processo democrático é necessário. O resultado disso é que, diante de vários posicionamentos, no âmbito da nossa Comissão, chegamos juntos



a um acordo para votar esse relatório, pensando no Brasil, pensando nas pessoas, pensando no povo negro, pensando numa igualdade social. Essa é a nossa luta. E coloco-me à disposição de todos para continuarmos essa luta nesta Casa, essa luta nos Estados, a fim de chegarmos ao País que queremos e em que acreditamos.

Agradeço mais uma vez à assessoria desta CPI, que nos acompanhou e nos orientou. Parabéns a todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sra. Vice-Presidente, pela participação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, agradeço e parablenizo V.Exa. pela condução da CPI. Parablenizo também a nossa Relatora, a qual, como disse, gostaria de ter tido mais tempo para melhor viabilizar algumas proposições em outros aspectos importantes no seu relatório. Mas, infelizmente, o nosso Presidente não permitiu que isso acontecesse, quando o próprio Regimento permite que se possa solicitar a prorrogação e ter até metade do tempo solicitado.

Tivemos problemas assim também na Comissão do Tráfico de Pessoas, quando, para não perder o conjunto, tivemos de aceitar algumas pressões e sugestões.

Quero dizer que espero chegar o tempo em que não nos submetamos a preconceitos e a discriminações.

Parablenizo a companheira Erika pela posição e a companheira Benedita, que colocou que na realidade a mulher é a grande prejudicada, porque ela tem filhos e filhas que foram dizimados, executados e assassinados. Parabéns a todos por suas ações.

Parablenizo também à assessoria e ao movimento social dos negros, que colaboraram com esta CPI com as contribuições que trouxeram para este relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Deputado Luiz Couto.

A ata foi aprovada por todos.

Agradeço aos Srs. Parlamentares, aos assessores pelas presenças. Agradeço aos operadores de áudio, aos taquígrafos pela de gravação das audiências públicas das CPIs na Câmara dos Deputados e também nos Estados. Agradeço pelo



apoio dos consultores Sergio Senna, Mohamad e Paola. Agradeço também pelo apoio da Secretaria da CPI: Robson, Sílvia e Cláudia. Também quero agradecer pelo apoio de todos.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Assessoria nota 10!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Assessoria nota 10. Eu vou pedir perdão por não ter o nome de todos os que nos acompanharam em 15 Estados, mas sintam-se abraçados.

Quero aqui dizer que surge nesta Legislatura a primeira grande convergência da Minoria e do Governo, da Oposição, da Minoria e do Governo, da Oposição e do meu partido. Então, eu acho, Mariana, que talvez essa convergência possa sinalizar outras convergências em favor de uma nova agenda política para o Brasil. Mas o que eu quero simbolizar, nessa convergência, é que, no passado, havia um petista e um tucano — a partir da definição simbólica sobre genocídio do Fernando Henrique Cardoso e do Florestan Fernandes —, e que, em nome dos dois, esta CPI conseguiu aprovar as proposições legislativas, emendas constitucionais e também a favor do nosso povo negro, que é vítima, há mais de 500 anos, de exclusão.

Portanto, que essa convergência possa significar avanços para fazermos uma reparação de danos no Brasil.

O Governo Federal, na época, em 1995, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, admitiu que o Brasil era um país racista. Hoje o Parlamento nacional também conclui por uma compreensão de um racismo institucionalizado e também reconhece esse genocídio simbólico na morte dos nossos negros e pobres.

É evidente que nós demos aqui um passo, um passo importante, mas não é o passo que vai resolver todos os problemas. Nós temos uma tarefa enorme. Como nós construímos por unanimidade, Minoria e Governo, eu espero que nós possamos continuar todos juntos — viu, Deputada Mariana? — para que possamos instalar as PECs do fundo nacional de reparação de danos e igualdade e promoção racial, para que nós possamos fazer o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio e a ele dar continuidade. Nós vencemos aqui uma primeira batalha.

Então, em nome da democracia, porque um Estado só é democrático se ele fizer uma sociedade justa para todos, eu quero, do fundo do coração, agradecer pela dedicação de cada Deputado, dos nossos Presidentes, dos nossos Vice-



Presidentes, da Mariana Carvalho, do Orlando Silva, do Wilson Filho, de todos os membros que participaram aqui ativamente, de todos os membros titulares e suplentes.

Quero, do fundo do coração, agradecer à Relatora pela parceria, pela lealdade, pela compreensão, pela dedicação, por estar ao nosso lado durante esses 120 dias. Do fundo do coração, Rosangela Gomes, muito obrigado pela lealdade, pelo companheirismo aqui.

Agradeço à SEPPIR, que foi aqui atuante, participou ativamente, à Secretaria Nacional da Juventude, à Secretaria de Mulheres... Não vou agradecer às pessoas, são várias, de vários Estados. Do fundo do coração e da alma, eu quero agradecer.

Espero que esse relatório possa ser essa convergência que a sociedade brasileira acredita que é importante para o avanço do século XXI.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e também esta Comissão Parlamentar de Inquérito Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Um beijo no coração! (*Palmas.*)